

Programa 4

Uma história em construção: EJA no campo

Maria Cristina Vargas¹

O texto deste programa traz breves reflexões em torno da Educação do Campo, tomando por base alguns itens para discussão. Estará abordando elementos sobre a Educação do Campo, elementos de sua constituição e fundamentos, assim como a EJA na Educação do Campo.

O que é Educação do Campo

A Educação do Campo tem-se constituído a partir das reflexões feitas pelos sujeitos envolvidos com a vida do campo, nas mais variadas práticas estabelecidas nas organizações e movimentos sociais que integram a *Articulação por uma Educação do Campo*.

Essa articulação parte do entendimento da importância que a educação tem, na construção do projeto de sociedade que os movimentos sociais almejam. Isso significa ter a educação como estratégia de ação direta da libertação dos sujeitos, podendo assim obter avanços concretos na formação dos seres humanos, para que estes sejam capazes de ultrapassar as barreiras da desigualdade, forjando uma nova sociedade.

Na história de nosso país, a educação sempre esteve nas mãos da classe dominante. Mais do que ninguém, é a classe dominante que sabe da importância que o processo de educação, bem como a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados e a construção de novos saberes, tem para manter-se no poder.

No campo, a situação de dominação é ainda mais visível. Na cidade, devido à necessidade que a burguesia tinha de preparar as pessoas para as indústrias, criou-se a cultura de que se precisava freqüentar a escola, ao menos para conseguir emprego. Diferente do campo, onde a mutilação foi mais cruel, criando-se a cultura de que o trabalhador do campo, para executar o trabalho na roça, pegar na enxada, não precisava de estudo. Apenas quando o morador das áreas rurais tinha a intenção de sair do campo para a cidade é que surgia a exigência da escolaridade, o que reforçava o estereótipo de que a cidade é um lugar mais desenvolvido.

A *Articulação por uma Educação do Campo* nasce como resultado de uma caminhada que se iniciou em julho de 1997, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST realiza o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em parceria com organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e a Universidade de Brasília - UnB. Neste encontro, lançou-se o desafio de as entidades parceiras desenvolverem algo mais amplo, que desse conta do contexto do campo, em geral, e de todos os seus sujeitos.

Esta primeira discussão resultou na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que teve como organizadores MST, UNICEF, UNESCO, CNBB, e UnB. Mas a Conferência contou, também, com a participação

de muitos sujeitos de escolas do campo, de ONGs, de sindicatos, associações e de outras entidades que tinham vinculação com o trabalho de educação e o compromisso com esta construção.

Na I Conferência debateu-se a realidade que o campo vivia. Muitos problemas levantados tratavam especificamente da instituição escola. Mas a Conferência trouxe, também, a riqueza de perceber claramente que as especificidades resultavam de um problema mais amplo de estrutura da sociedade, e que as dificuldades eram conseqüências desta mesma estrutura.

Nos compromissos assumidos na Conferência, ratificamos a compreensão de quem eram os sujeitos envolvidos na construção de uma proposta de educação do campo. Esses compromissos e desafios foram assim expressos:

- 1º) Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional.
- 2º) Propor e viver novos valores culturais.
- 3º) Valorizar as culturas do campo.
- 4º) Fazer mobilizações em vista de conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo.
- 5º) Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização.
- 6º) Formar educadores e educadoras do campo.
- 7º) Produzir uma proposta de educação básica do campo.
- 8º) Envolver as comunidades nesse processo.
- 9º) Acreditar na nossa capacidade de construir o novo.
- 10º) Implementar as propostas e a ação dessa Conferência.

Esta primeira Conferência foi uma semente plantada que deu frutos. Disseminando, pelos cadernos escritos, os resultados das discussões travadas, o debate se multiplicou nos estados e municípios, gerando cada vez mais necessidade de pensar, com mais responsabilidade, as especificidades existentes no campo.

As entidades e movimentos cada vez mais reivindicavam seus direitos, até que em 4 de dezembro de 2001, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a partir de várias discussões com a sociedade, homologou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estas referências aprovadas passaram a constituir diretrizes curriculares para a Educação Infantil; para o Ensino Fundamental e Médio; para a Educação de Jovens e Adultos; para a Educação Indígena e a Educação Especial; para a educação profissional de nível técnico e para a formação de professores em nível médio, na modalidade normal.

Podemos comemorar este passo dado na história, pois até então essa área se encontrava silenciada pela indiferença. As entidades e os movimentos sociais não se imobilizaram, e se sentiram desafiados a realizar a II Conferência por uma Educação do Campo. Desde a realização da I Conferência, outros eventos foram realizados, como um seminário nacional e muitas outras atividades nos estados. Ainda assim, a II Conferência se tornava necessária, para avaliar o que já fora construído, e planejar os próximos passos.

De 2 a 6 de agosto de 2004, realizou-se a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, sob o tema *Por uma Política Pública de Educação do Campo*, tão marcante quanto a primeira. Foi um momento de muita reflexão sobre a atual conjuntura que apresenta o campo no país, principalmente porque se adensava a presença de muitos outros movimentos, entidades e escolas envolvidos. Esta II Conferência marcava um novo momento de maior articulação entre os povos do campo, o que nos deixou com esperanças nas perspectivas de avanço.

A educação do campo, da forma como vem sendo pensada, torna-se um dos caminhos, uma ação concreta para a conquista de um novo projeto de sociedade, baseada em princípios e concepções historicamente construídos pela classe trabalhadora.

Para os movimentos sociais, o terreno da educação do campo é um espaço de vida, não somente de produção e geração de lucro. É espaço de formação e subjetivação de seres humanos que fazem parte do meio ambiente, e que nesse espaço compartilham da produção, em prol da vida e de sua continuidade.

A educação do campo tem gerado debates, em alguns movimentos, ainda tímidos, mas com firmes perspectivas de avanço. Agora, com mais força, a educação se faz presente na agenda política dos vários movimentos sociais do campo. Além disso, o debate não percorre somente os movimentos sociais do campo, mas entidades e organizações que se identificam com esta luta.

A ampliação de mais sujeitos na *Articulação por uma Educação do Campo* traz a diversidade existente no campo e o grande desafio que isso representa. São realidades diversas que estamos conhecendo, reconhecendo e que exigem estudo de toda e qualquer ação, para que possamos acertar o método a ser usado na luta que vimos traçando.

A EJA na Educação do Campo

[...] aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar (Freire, 1987, p. 49).

Um de nossos grandes desafios é ocupar e conquistar as escolas do campo. Junto à luta de construir escolas como espaços físicos no campo, trava-se a luta para garantir o espaço pedagógico da educação do campo.

Esta preocupação tem, como objetivo, realmente consolidar uma educação não pensada para o campo e, sim, que seja construída junto aos sujeitos do campo, com características do próprio campo.

A educação, geralmente, se constitui enquanto um espaço hegemônico. Na educação tradicional não se considera que exista intencionalidade de opressores, muito menos que existam oprimidos na escola. Afirmações que diariamente escutamos julgam a escola como um espaço onde todos e todas têm o mesmo direito, e que todos são iguais.

No entanto, muitos foram excluídos da escola, tornando a educação um fator de discriminação e de exclusão. A realidade dos jovens e adultos do campo é, pois, preocupante porque, em sua maioria, esses jovens e adultos não concluíram o Ensino Fundamental e uma grande parte deles não se alfabetizou.

Tomando como referência o Movimento Sem-Terra, podemos avaliar a realidade com dados mais concretos. Em muitos acampamentos e assentamentos encontramos a triste verdade de jovens que não sabem ler e escrever seus próprios nomes, que se somados com os adultos traduzem um quadro de imensa quantidade de pessoas sem saber ler e escrever.

A discussão da diversidade não contemplada pela educação brasileira pode contribuir para construir algo novo, que não seja considerado como um projeto pronto mas, com certeza, projeto em permanente construção.

A Educação do Campo surge, principalmente, pela falta de escola no campo e pelas dificuldades apresentadas pelas crianças, jovens e adultos de freqüentar qualquer escola, devido às distâncias, falta de transportes etc. Como não são estes os únicos problemas, deve-se destacar, principalmente, o esquecimento a que foram relegados os sujeitos do campo, nunca contemplados pelas metodologias e livros didáticos, elementos estes que contribuíram, também, com o apagamento desta realidade.

No Movimento Sem-Terra, o objetivo da Educação de Jovens e Adultos é proporcionar conteúdos que significam a existência dos sujeitos e que trabalham com a emoção, pois é a emoção que possibilita a aprendizagem. Aquilo que não tem significado é mais difícil de ser assimilado.

O desenvolvimento humano deve se dar a partir de seu cotidiano, de sua história. É esse cotidiano e essa história que podem ser entendidos como cultura. E a cultura passa a ser, então, resultado das várias manifestações que acontecem de diferentes formas e de diversos significados.

Manifestações culturais são originárias de um povo que não é homogêneo em sua formação e em sua expressão cultural. Questões como esta devem ser previstas em projetos de educação, que devem ser pensados não só a partir dos conteúdos mas, principalmente, do desenvolvimento humano.

Na Educação de Jovens e Adultos é importante atribuir-se o desafio de que o projeto deve ser resultado de uma construção coletiva, em que toda a comunidade esteja conscientizada a participar ativamente desta construção: trabalhadores do campo devem ter o direito de dizer que tipo de educação querem para si e para seus filhos, quais valores devem estar presentes nessa educação.

A EJA no Campo deve ter, como uma de suas matrizes pedagógicas, a *Pedagogia do Movimento*. Essa *Pedagogia* leva em conta o próprio movimento - não apenas o do MST -, mas de todos os movimentos sociais do campo, que compartilham desta luta pela Educação do Campo.

A *Pedagogia do Movimento* é o jeito como o movimento se organiza. Cada sujeito tem uma função e se educa a partir de sua participação. As pessoas vão se tornando autoras e construtoras do movimento, sabendo o porquê vêm participar dele e para onde vão.

A EJA no Campo começa quando as pessoas se conscientizam dessa necessidade de educação. A própria comunidade escolhe os seus educadores, os educadores também se propõem a participar e, nesta sintonia, em lugares onde a educação não fazia parte do cotidiano, começa-se a viver uma riqueza não outorgada, e sim conquistada. A EJA no Campo é, portanto, uma conquista. Uma conquista de quem realmente quer conquistar o

seu direito. Um direito negado com falsas conversas de que existe lugar para se aprender, de que existe lugar para se ensinar, e que no campo não se precisa do exercício desse direito, só para quem deseje ir para a cidade.

A *Pedagogia do Movimento* desperta nos homens e mulheres do campo respostas a estas falsas conversas, primeiro porque mostra que o campo é um lugar de direitos também, e que os conhecimentos historicamente construídos são também desenvolvidos no campo e merecem, como tal, ser valorizados. Os conhecimentos no campo têm relação direta com a prática do dia-a-dia, portanto, saber ler e escrever é um direito de todos cidadãos que vivem essa realidade.

Enfim, o despertar de homens e mulheres trabalhadores do campo vai além: é no movimento da luta que jovens e adultos se descobrem capazes de aprender e também de ensinar. Voltando à experiência do MST, criou-se a mística no lema *Sempre é Tempo de Aprender*. Este lema, criado pelos próprios trabalhadores, também é resposta à desmotivação trazida pela idéia de que há um tempo próprio para se compartilhar conhecimentos. A *Pedagogia do Movimento* mostra que o tempo é construção do sujeito e que a história é ele próprio quem a faz.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. *Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo*. Texto inédito, 2004.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_. *Pedagogia do Oprimido*. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MST. Como fazemos a escola de Educação Fundamental. *Caderno de Educação* n°. 9. São Paulo: MST, 2002.

KOLLING, Edgar, NERY, Israel e MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). *Por uma educação básica do campo*. v. 1. Brasília: MRA, 1999.

NOTAS:

¹ Membro do Coletivo Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST.